



Ata dos trabalhos da Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Nova Lima. Conforme artigo 85 do Regimento Interno da Câmara, a Ata será lavrada com a sinopse dos trabalhos, ressaltando que as gravações das reuniões são disponibilizadas no Canal Oficial da Câmara no Youtube, permitindo a qualquer interessado recuperar o conteúdo na íntegra. No dia vinte e cinco de fevereiro de dois mil e vinte e cinco, às dezoito horas e quinze minutos, reuniu-se a Câmara em sua Sede, achando-se constituída a Mesa pelos senhores vereadores: Thiago Felipe de Almeida – Presidente, Joselino Santana Dias – Vice-Presidente e Cláudio José de Deus – Secretário. Atendendo solicitação do Senhor Presidente, o Senhor Secretário realizou a chamada dos vereadores presentes. Constatou-se a existência de número legal, verificando-se a presença dos vereadores: Abner Henrique Santana Soares, Adilson Moraes Braga, Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo, Anísio Clemente Filho, Cláudio José de Deus, Danúbio de Souza Machado, Gliverson Júnio Dias Marques, Mael, Joselino Santana Dias, Nilton da Cruz Oliveira, Pedro Henrique Dornas de Assunção Ribeiro, Silvânio Aguiar Silva, Thiago Felipe de Almeida, Viviane Gomes de Matos, Wesley de Jesus Silva. Sob a proteção de Deus e em nome do povo nova-limense, o Senhor Presidente declarou aberta a reunião e convidou todos para, de pé, ouvir o Hino Nacional. Logo após, o Senhor Presidente comunicou que a Ata da Reunião Ordinária do dia onze de fevereiro de dois mil e vinte e cinco foi encaminhada aos gabinetes para os vereadores conferirem-na. Colocou-a em discussão, nenhum vereador se manifestou. O Plenário aprovou a Ata por quatorze votos. O Senhor Secretário proferiu leitura da correspondência recebida: Carta do Movimento Juntos



Somos Mais, intitulada “Basta de ilegalidades e de constrangimentos. O Ouro Velho não é condomínio nem bairro de acesso controlado”, na qual os moradores dos bairros Ouro Velho, José de Almeida, Vila Nova Bethânia e Ipê solicitam apoio na luta contra indevidas restrições de acesso. O vereador Danúbio de Souza Machado cumprimentou os presentes, em especial os moradores dos bairros Ouro Velho, José de Almeida, Vila Nova Bethânia e Ipê, com destaque para a Valéria e o senhor Antônio, que têm buscado diálogo com o Legislativo. Agradeceu ao Senhor Presidente pela leitura da carta e reforçou que essa demanda dos moradores já vem sendo acompanhada há algum tempo. Propôs que a Câmara solicite esclarecimentos ao Poder Executivo sobre a instalação de cancelas e guaritas, conforme demonstrado em imagens anexadas à correspondência. Defendeu a necessidade de um requerimento formal para obter informações sobre a possível autorização municipal para essas estruturas, garantindo que os moradores recebam uma resposta clara e possam buscar uma solução adequada para a situação. O Senhor Presidente anunciou a presença dos vereadores da cidade de Raposos, Alexandre e Gustavo, e agradeceu-os pela participação. Continuando, o Senhor Presidente solicitou a leitura das proposições que deram entrada na Casa: 1) Projeto de Lei nº 2.490/2025, autoria do Poder Executivo, que “Altera a Lei Municipal 3.057, de 26 de outubro de 2023. Encaminhado à Comissão de Legislação e Justiça para emissão de parecer. 2) Projeto de Lei nº 2.491/2025, autoria do vereador Mael, que “Institui a criação da Carteirinha de Atleta Municipal, destinada aos atletas e paratletas de Nova Lima, e dá outras providências”. Encaminhado à Comissão de Legislação e Justiça para emissão de parecer.



3) Projeto de Lei nº 2.492/2025, autoria do vereador Mael, que “Dispõe sobre a alteração da nomenclatura da Guarda Municipal no âmbito do município de Nova Lima, estabelece seus benefícios e valorização, e dá outras providências”. O Senhor Presidente informou que o Projeto de Lei nº 2.492/2025 foi retirado de pauta. 4) Projeto de Decreto Legislativo nº 466/2025, autoria do vereador Silvânio Aguiar Silva, que “Concede o Título Excelência em Saúde Dr. Élcio de Souza à Dra. Marlise Vidon Alvarenga e dá outras providências”. Encaminhado à Comissão Especial, nomeada pelo Senhor Presidente, composta pelos vereadores Joselino Santana Dias, Viviane Gomes de Matos e Anísio Clemente Filho, para emissão de parecer. 5) Projeto de Lei nº 2.493/2025, autoria do vereador Nilton da Cruz Oliveira, que “Dispõe sobre a criação do Programa Municipal de Apoio e Capacitação para Mulheres em situação de vulnerabilidade, no município de Nova Lima, e dá outras providências”. Encaminhado à Comissão de Legislação e Justiça para emissão de parecer. Prosseguindo, o Senhor Presidente solicitou a leitura: 1) Parecer da Comissão de Legislação e Justiça referente ao Projeto de Resolução nº 193/2025, autoria do vereador Thiago Felipe de Almeida, que “Atualiza as remunerações e benefícios dispostos nas Resoluções 175/2023 e 176/2023”. A comissão emitiu parecer favorável à tramitação do projeto. O Plenário, consultado pelo Senhor Presidente, conforme solicitação do vereador Joselino Santana Dias, aprovou por quatorze votos a dispensa de pareceres e interstícios para a votação do projeto na presente reunião. 2) Parecer da Comissão de Desenvolvimento Econômico referente ao Projeto de Lei nº 2.476/2025, autoria do vereador Danúbio de Souza Machado, que “Dispõe sobre a criação



no âmbito do Município de Nova Lima – Minas Gerais, da Lei de Incentivo ao Artesanato”. A comissão emitiu parecer favorável à tramitação do projeto. O Plenário, consultado pelo Senhor Presidente, conforme solicitação do vereador Danúbio de Souza Machado, aprovou por quatorze votos a dispensa de pareceres e interstícios para a votação do projeto na presente reunião. 3) Parecer Conjunto das Comissões de Desenvolvimento Econômico; Orçamento, Finanças e Tomada de Contas referente ao Projeto de Lei nº 2.478/2025, autoria do vereador Pedro Henrique Dornas de Assunção Ribeiro, que “Dispõe sobre a instituição de programa de turismo pedagógico como estratégia de enriquecimento curricular nas escolas públicas da rede municipal de Nova Lima e dá outras providências”. As comissões emitiram parecer favorável à tramitação do projeto. O Plenário, consultado pelo Senhor Presidente, conforme solicitação do vereador Pedro Henrique Dornas de Assunção Ribeiro, aprovou por quatorze votos a dispensa de interstícios para a votação do projeto na presente reunião. 4) Parecer Conjunto das Comissões de Saúde Pública; Participação Popular referente ao Projeto de Lei nº 2.479/2025, autoria do vereador Pedro Henrique Dornas de Assunção Ribeiro, que “Institui, no município de Nova Lima, campanha permanente de conscientização em eventos esportivos promovidos pela Secretaria Municipal de Esporte e Lazer de Nova Lima e dá outras providências”. As comissões emitiram parecer favorável à tramitação do projeto. O Plenário, consultado pelo Senhor Presidente, conforme solicitação do vereador Pedro Henrique Dornas de Assunção Ribeiro, aprovou por quatorze votos a dispensa de interstícios para a votação do projeto na presente reunião. 5) Parecer da



Comissão em Defesa da Pessoa com Deficiência referente ao Projeto de Lei nº 2.483/2025, autoria do vereador Joselino Santana Dias, que “Institui e inclui no Calendário Oficial de Eventos do Município de Nova Lima o ‘Seminário Anual da Comunidade Surda’”. A comissão emitiu parecer favorável à tramitação do projeto, que foi encaminhado à Comissão de Participação Popular. 6) Parecer da Comissão de Legislação e Justiça referente ao Projeto de Lei nº 2.485/2025, autoria dos vereadores Cláudio José de Deus e Anísio Clemente Filho, que “Dá denominação à praça que menciona, além de outras providências” – Praça Edson Jesus da Consolação da Silva (Bidão). A comissão emitiu parecer favorável à tramitação do projeto, que foi encaminhado à Comissão de Participação Popular. 7) Parecer da Comissão de Legislação e Justiça referente ao Projeto de Lei nº 2.486/2025, autoria do vereador Anísio Clemente Filho, que “Dispõe sobre o reconhecimento do prato ‘Angu à Baiana’ como Patrimônio Cultural Imaterial do Município de Nova Lima e dá outras providências”. A comissão emitiu parecer favorável à tramitação do projeto, que foi encaminhado à Comissão de Participação Popular. 8) Parecer da Comissão de Legislação e Justiça referente ao Projeto de Lei nº 2.487/2025, autoria dos vereadores Gliverson Júnio Dias Marques e Cláudio José de Deus, que “Cria o Sistema de Cadastro Municipal de Doadores de Medula Óssea no Município de Nova Lima”. A comissão emitiu parecer favorável à tramitação do projeto. O Plenário, consultado pelo Senhor Presidente, conforme solicitação do vereador Gliverson Júnio Dias Marques, aprovou por quatorze votos a dispensa de pareceres e interstícios para a votação do projeto na presente reunião. 9) Parecer da Comissão de



Legislação e Justiça referente ao Projeto de Lei nº 2.488/2025, autoria dos vereadores Gliverson Júnio Dias Marques e Anísio Clemente Filho, que “Institui, no âmbito do Município de Nova Lima, a Campanha ‘Janeiro Branco’ de Conscientização e Promoção da Saúde Mental, e dá outras providências”. A comissão emitiu parecer favorável à tramitação do projeto. O Plenário, consultado pelo Senhor Presidente, conforme solicitação do vereador Gliverson Júnio Dias Marques, aprovou por quatorze votos a dispensa de pareceres e interstícios para a votação do projeto na presente reunião.

10) Parecer Conjunto das Comissões de Legislação e Justiça; Em Defesa da Habitação de Interesse Social; Em Defesa da Pessoa com Deficiência referente ao Projeto de Lei nº 2.474/2025, autoria da vereadora Viviane Gomes de Matos, que “Dispõe sobre a reserva de unidades habitacionais na execução do Programa Municipal de Produção Habitacional de Interesse Social para aquisição por pessoas com deficiência ou idosas e dá outras providências”. As comissões emitiram parecer favorável à tramitação do projeto. O Plenário, consultado pelo Senhor Presidente, conforme solicitação do vereador Viviane Gomes de Matos, aprovou por quatorze votos a dispensa de interstícios para a votação do projeto na presente reunião. Dando continuidade, o Senhor Presidente colocou em discussão e votação: 1) Projeto de Lei nº 2.477/2025, autoria dos vereadores Danúbio de Souza Machado e Joselino Santana Dias, que “Inclui no Calendário Oficial de Nova Lima o ‘Dia do Off-Road’ e dá outras providências”. O Plenário aprovou por quatorze votos a emenda modificativa apresentada pelo vereador Danúbio de Souza Machado, alterando a redação do art. 1º, passando a vigorar: “Art. 1º. Fica instituído no Calendário Oficial do



Município de Nova Lima o “Dia do Off-Road”, na data de 28 de julho, o qual será comemorado na segunda quinzena do mês de julho”. Nenhum vereador se manifestou na discussão do projeto. Em primeira votação, aprovado por quatorze votos. Nenhum vereador se manifestou na segunda discussão do projeto. Em segunda e última votação, aprovado por quatorze votos e encaminhado à sanção. 2) Projeto de Lei nº 2.480/2025, autoria do Poder Executivo, que “Revoga a Lei que menciona e dá outras providências” – Lei Municipal 2.854/2021. Em discussão, o vereador Wesley de Jesus Silva declarou voto contrário à revogação, argumentando que o compromisso assumido com o Ministério Público era de que o município corrigisse inconstitucionalidades e irregularidades da legislação vigente, em vez de simplesmente revogá-la. Defendeu que o Executivo deveria encaminhar um novo projeto de lei que garantisse os direitos aprovados anteriormente pela Câmara. O vereador Silvânio Aguiar Silva esclareceu que a vereadora Viviane Gomes de Matos apresentará um projeto indicativo, e que o Executivo enviará novo projeto à Casa, corrigindo os problemas da lei atual, que possui vício de iniciativa. A vereadora Viviane Gomes de Matos também manifestou voto contrário, reforçando que a lei foi de sua autoria e fruto de quatro anos de trabalho para implementação. Afirmou que as demandas pendentes já foram resolvidas, e que acompanhará a tramitação do indicativo para garantir que o Executivo encaminhe a nova proposta o quanto antes. Ressaltou a importância da lei para famílias em situação de vulnerabilidade, especialmente para garantir material de construção e assessoria técnica. Relatou que pretende destinar sua emenda impositiva para a realização de projetos-



modelo de habitação popular em 2026. O vereador Wesley de Jesus Silva reiterou que o projeto atende à necessidade de redução do déficit habitacional e da qualidade das moradias, citando experiências bem-sucedidas do Governo do Estado em áreas de vulnerabilidade no norte de Minas. Criticou a decisão do Executivo de revogar sem propor nova legislação, ressaltando que isso pode gerar novas discussões sobre constitucionalidade. Defendeu que o ideal seria não aprovar a revogação e pressionar o Executivo a corrigir os pontos questionados pelo Ministério Público, apresentando uma nova proposta para assegurar a continuidade dos benefícios habitacionais. Em primeira votação, o Projeto de Lei nº 2.480/2025 foi aprovado por onze votos favoráveis, três votos contrários dos vereadores Wesley de Jesus Silva, Viviane Gomes de Matos e Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo. 3) Projeto de Lei nº 2.481/2025, autoria Poder Executivo, que “Revoga as Leis que menciona e dá outras providências” – Leis Municipais: 2.852/2021, 2.863/2021, 2.989/2023 e 2.917/2022. O Plenário aprovou, por treze votos favoráveis e voto contrário do vereador Wesley de Jesus Silva, a emenda modificativa apresentada pelo Poder Executivo, passando o Inciso IV do artigo 1º a vigorar com a redação: “Art. 1º (...) IV - Lei Municipal nº 2.917, de 07 de julho de 2022”. O Senhor Presidente concedeu vista do Projeto de Lei nº 2.481/2025 ao vereador Wesley de Jesus Silva. Conforme deliberação do Plenário, o Senhor Presidente colocou em votação o Projeto de Resolução nº 193/2025, autoria do vereador Thiago Felipe de Almeida, que “Atualiza as remunerações e benefícios dispostos nas Resoluções 175/2023 e 176/2023”. Nenhum vereador se manifestou na discussão. Em primeira votação,



aprovado por quatorze votos. Nenhum vereador se manifestou na segunda discussão. Em segunda e última votação, aprovado por quatorze votos e encaminhado à promulgação. Conforme deliberação do Plenário, o Senhor Presidente colocou em votação o Projeto de Lei nº 2.476/2025, autoria do vereador Danúbio de Souza Machado, que “Dispõe sobre a criação no âmbito do Município de Nova Lima – Minas Gerais, da Lei de Incentivo ao Artesanato”. O Plenário aprovou por quatorze votos a emenda modificativa apresentada pelo vereador Danúbio de Souza Machado, alterando a redação do art. 5º, passando a vigorar: “Art. 5º. Fica instituído no Calendário Oficial do Município de Nova Lima o “Dia do Artesão”, na data de 19 de março, o qual será comemorado na segunda quinzena do mês de março”. Em discussão, o vereador Abner Henrique Santana Soares parabenizou o vereador Danúbio e justificou seu voto favorável. O vereador Danúbio de Souza Machado destacou a importância da proposição que visa valorizar o artesão e criar uma política permanente de incentivo ao artesanato, refletindo positivamente no âmbito cultural e socioeconômico do município. Em primeira votação, aprovado por quatorze votos. Nenhum vereador se manifestou na segunda discussão do projeto. Em segunda e última votação, aprovado por quatorze votos e encaminhado à sanção. Conforme deliberação do Plenário, o Senhor Presidente colocou em votação o Projeto de Lei nº 2.478/2025, autoria do vereador Pedro Henrique Dornas de Assunção Ribeiro, que “Dispõe sobre a instituição de programa de turismo pedagógico como estratégia de enriquecimento curricular nas escolas públicas da rede municipal de Nova Lima e dá outras providências”. Em discussão, o vereador Pedro Henrique Dornas de Assunção



Ribeiro solicitou apoio dos colegas e destacou a importância do turismo pedagógico na formação dos alunos. Ressaltou que as excursões escolares são experiências marcantes e transformadoras, contribuindo para fixação do aprendizado. Enfatizou o potencial do programa como fator de desenvolvimento econômico para Nova Lima, ao possibilitar a visita de estudantes de Belo Horizonte e outras regiões às riquezas naturais, culturais e agrícolas do município. Prestou homenagem aos professores Paulo Scoralick e Alexia Freitas Dias, precursores do turismo pedagógico na cidade. A vereadora Viviane Gomes de Matos parabenizou o vereador Pedro e manifestou apoio ao projeto, ressaltando que o turismo pedagógico já é utilizado em algumas escolas como ferramenta educacional em sábados letivos, proporcionando contato com a história e memória da cidade. Em primeira votação, aprovado por quatorze votos. Nenhum vereador se manifestou na segunda discussão do projeto. Em segunda e última votação, aprovado por quatorze votos e encaminhado à sanção. Conforme deliberação do Plenário, o Senhor Presidente colocou em votação o Projeto de Lei nº 2.479/2025, autoria do vereador Pedro Henrique Dornas de Assunção Ribeiro, que “Institui, no município de Nova Lima, campanha permanente de conscientização em eventos esportivos promovidos pela Secretaria Municipal de Esporte e Lazer de Nova Lima e dá outras providências”. Em discussão, o vereador Pedro Henrique Dornas de Assunção Ribeiro destacou que a iniciativa busca promover a consciência e o respeito em ambientes esportivos, coibindo comportamentos inadequados, como xingamentos, menosprezo, racismo e intolerância. Ressaltou que, embora o esporte tenha um papel social e educativo, alguns torcedores abusam da



liberdade de expressão para cometer atos reprováveis. Mencionou que essas situações ocorrem não apenas em grandes estádios, como Mineirão e Independência, mas também em campos e quadras de Nova Lima, incluindo os Jogos Escolares e campeonatos municipais de futsal. Apresentou exemplos de manchetes de jornal que evidenciam o problema, reforçando a necessidade de uma ação concreta de conscientização. Relatou que a campanha proposta no projeto será gerenciada pela Secretaria de Esporte, com apoio da Secretaria de Comunicação, e visa minimizar conflitos e garantir que o esporte cumpra sua função social e educativa. Em primeira votação, aprovado por quatorze votos. Nenhum vereador se manifestou na segunda discussão do projeto. Em segunda e última votação, aprovado por quatorze votos e encaminhado à sanção. Conforme deliberação do Plenário, o Senhor Presidente colocou em votação o Projeto de Lei nº 2.487/2025, autoria dos vereadores Gliverson Júnio Dias Marques e Cláudio José de Deus, que “Cria o Sistema de Cadastro Municipal de Doadores de Medula Óssea no Município de Nova Lima”. Nenhum vereador se manifestou na discussão. Em primeira votação, aprovado por quatorze votos. Na segunda discussão, o vereador o vereador Gliverson Júnio Dias Marques destacou a importância do projeto para a saúde pública e afirmou que a criação do cadastro ampliará as chances de salvar vidas por meio do transplante de medula óssea. Agradeceu ao vereador Cláudio José de Deus pela parceria na iniciativa e enfatizou sua atuação na articulação para a vinda do HemoMinas a Nova Lima, em conjunto com o prefeito. Reforçou que a doação de medula óssea é essencial para garantir qualidade de vida a pacientes que necessitam do procedimento e agradeceu o apoio dos vereadores na



aprovação do projeto. Em segunda e última votação, aprovado por quatorze votos e encaminhado à sanção. Conforme deliberação do Plenário, o Senhor Presidente colocou em votação o Projeto de Lei nº 2.488/2025, autoria dos vereadores Gliverson Júnio Dias Marques e Anísio Clemente Filho, que “Institui, no âmbito do Município de Nova Lima, a Campanha ‘Janeiro Branco’ de Conscientização e Promoção da Saúde Mental, e dá outras providências”. Nenhum vereador se manifestou na discussão. Em primeira votação, aprovado por quatorze votos. Na segunda discussão, o vereador o vereador Gliverson Júnio Dias Marques destacou a importância do tema ‘saúde mental’, especialmente após a pandemia, período em que os desafios nesse âmbito se intensificaram. Agradeceu ao vereador Anisinho pelo apoio à iniciativa e afirmou que a campanha contribuirá para a melhoria da qualidade de vida da população nova-limense. Em segunda e última votação, aprovado por quatorze votos e encaminhado à sanção. Conforme deliberação do Plenário, o Senhor Presidente colocou em votação o Projeto de Lei nº 2.474/2025, autoria da vereadora Viviane Gomes de Matos, que “Dispõe sobre a reserva de unidades habitacionais na execução do Programa Municipal de Produção Habitacional de Interesse Social para aquisição por pessoas com deficiência ou idosas e dá outras providências”. O Plenário aprovou por quatorze votos a emenda aditiva apresentada pela vereadora Viviane Gomes de Mato, alterando o art. 1º, passando a vigorar: “Art. 1º. Na execução do Programa Municipal de Produção Habitacional de Interesse Social, de que trata a Lei Municipal nº 3.090, de 26 de dezembro de 2023, serão reservadas para aquisição por pessoas com deficiência ou idosas, ou por seus



responsáveis, no mínimo, 15% (quinze por cento) das unidades habitacionais, sendo:

I. 10% (dez por cento) das unidades habitacionais para pessoas com deficiência; II. 5% (cinco por cento) das unidades habitacionais para pessoas idosas. Parágrafo único. No caso de edificação multifamiliar, serão reservadas nos termos do caput, preferencialmente, unidades habitacionais localizadas no piso térreo e, em sequência, nos pisos inferiores mais acessíveis, na forma de regulamento”. Nenhum vereador se manifestou na discussão. Em primeira votação, aprovado por quatorze votos. Nenhum vereador se manifestou na segunda discussão. Em segunda e última votação, aprovado por quatorze votos e encaminhado à sanção. Na sequência, o Senhor Presidente colocou em discussão e votação os requerimentos: 1) Aatoria do vereador Adilson Moraes Braga: Requer ao Poder Executivo que seja instalada creche para atender às crianças do Bairros Cruzeiros, Barra do Céu e região. Aprovado, quatorze votos. 2) Aatoria do vereador Adilson Moraes Braga: Requer ao Poder Executivo a fiscalização das atividades da empresa de serviços de caçamba, Boa Vista, situada na Rua Campina Verde, nº 700, Bairro Campo do Pires. Solicita que seja averiguado se os requisitos legais e o cumprimento de regras sanitárias e ambientais estão sendo observados, face a forma de manejo de resíduos realizado pela empresa e pelas condições de transbordo que tem causado danos à população. Solicita ao órgão competente que proceda à diligência a fim de verificar as documentações exigidas por lei. Em discussão, o vereador Adilson Moraes Braga justificou o requerimento. Aprovado por quatorze votos. 3) Aatoria da vereadora Viviane Gomes de Matos: Requer ao Senhor Presidente que seja oficiada a Diretora da



Escola Municipal George Chalmers, Tânia Mara Fernandes França, para manifestar congratulações desta Câmara à comunidade escolar pela conquista do prêmio na 5ª Edição da Jornada de Educação Alimentar e Nutricional, promovida pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), em Brasília. Em discussão, a vereadora Viviane Gomes de Matos parabenizou a Diretora Tânia pela competência, a Nutricionista corresponsável pelo prêmio, a Andresa Cristina Oliveira, toda equipe da escola, e a secretaria de educação. Com permissão da vereadora Viviane, o vereador Pedro Henrique Dornas de Assunção Ribeiro assinou o requerimento. Aprovado por quatorze votos.

4) Autoria da vereadora Viviane Gomes de Matos: Indicação. Que o Poder Executivo, por sua Secretaria de Habitação, tome providências para levantamento orçamentário e financeiro para a atualização do valor do Auxílio Aluguel, nos termos do art. 4º da Lei Municipal 2.381, de 19 de abril de 2021, e posterior encaminhamento à decreto de sua atualização. Em discussão, a vereadora Viviane Gomes de Matos ressaltou a importância da atualização do valor do aluguel social. Aprovado por quatorze votos. 5) Autoria do vereador Silvânio Aguiar Silva: Requer ao Chefe do Executivo Municipal a alteração para ‘mão única por trechos’ na Avenida Professor Aldo Zanini entre a esquina com Rua Abolição até o entroncamento com as Ruas Ceará e Curitiba. Aprovado, quatorze votos. 6) Autoria do vereador Mael: Requer à prefeitura, por meio da Secretaria Municipal de Obras e Mobilidade Urbana, que seja revitalizada com as devidas melhorias a Banqueta do Matozinhos, localizada no Distrito de Honório Bicalho, considerado o coração turístico de Nova Lima. Os vereadores Silvânio Aguiar Silva, Mael e Cláudio José de



Deus discutiram o requerimento. Com a permissão do vereador Mael, os vereadores Silvânio Aguiar Silva e Cláudio José de Deus assinaram o requerimento. Aprovado por quatorze votos. 7) Autoria do vereador Thiago Felipe de Almeida: Requer à Secretaria Municipal de Educação que seja realizada vistoria técnica e manutenção das estruturas físicas das escolas da rede municipal de Nova Lima, visando garantir maior segurança e melhores condições para o aprendizado no ambiente escolar. Os vereadores Thiago Felipe de Almeida e Adilson Moraes Braga discutiram o requerimento. O vereador Thiago complementou o requerimento, solicitando informações sobre as medidas que estão sendo tomadas pela Parceria Público-Privada, PPP da Educação, bem como a relação das escolas em que já foi implementada e a evolução das ações realizadas até o momento. Com a permissão do vereador Thiago, o vereador Adilson Moraes Braga assinou o requerimento. Aprovado por quatorze votos. 8) Autoria do vereador Thiago Felipe de Almeida: Requer à Secretaria de Segurança e Mobilidade Urbana que empreenda esforços junto à empresa Via Ouro, objetivando promover a alteração no trajeto da linha Santa Rita - Honório Bicalho, no sentido de incluir o trajeto para o Residencial Belarmino. O vereador Wesley de Jesus Silva complementou o requerimento, propondo a criação de uma linha de ônibus específica para o Bairro Santa Rita. O vereador Nilton da Cruz Oliveira complementou o requerimento, propondo a criação de uma linha de ônibus para o Bairro Estoril. A vereadora Viviane Gomes de Matos solicitou que fosse acrescentado ao requerimento o cuidado com o horário do transporte escolar. Citou como exemplo a Escola Estadual Augusto de Lima, que atende alunos de toda a cidade em período integral,



e destacou que alunos de bairros mais distantes, como Santa Rita e Honório Bicalho, enfrentam dificuldades devido ao tempo necessário para percorrer várias comunidades, resultando em atrasos frequentes. Com a permissão do vereador Thiago, os vereadores Danúbio de Souza Machado, Wesley de Jesus Silva, Mael, Nilton da Cruz Oliveira e Viviane Gomes de Matos assinaram o requerimento. Aprovado por quatorze votos.

9) Aatoria do vereador Nilton da Cruz Oliveira: Requer ao Prefeito Municipal que sejam realizados estudos de viabilidade para a solicitação de uma escola estadual no Bairro Balneário Água Limpa. Aprovado por quatorze votos. 10) Aatoria do vereador Nilton da Cruz Oliveira: Indicação. Requer ao Prefeito Municipal que encaminhe à Casa Legislativa um projeto de lei referente à implementação do Plano Municipal de Infraestrutura para Regularização Fundiária. Aprovado por quatorze votos. O vereador Abner Henrique Santana Soares, com objetivo de propor requerimento, contextualizou um recente acidente protagonizado pela empresa Saritur, que presta serviço de transporte público intermunicipal na região. Destacou a recorrência de falhas e erros da empresa, que prejudicam trabalhadores, estudantes e moradores de Nova Lima, Raposos e Rio Acima. Relatou que para fazer as pressões em busca de melhorias no transporte público da região, tomou diversas iniciativas: produção de um vídeo para conscientizar a população sobre a gravidade da situação e a necessidade de medidas concretas; envio de ofícios para a Saritur, questionando as causas do acidente, as condições de trabalho dos motoristas e o atraso na renovação da frota; acionamento do Ministério Público, solicitando intervenção e fiscalização do contrato da Saritur; contato com a GRANBEL (entidade que representa



a região metropolitana) e com a Secretaria de Infraestrutura do Estado, responsável pelo DER, órgão que supervisiona o contrato da empresa; reunião com representantes da Saritur, que alegaram que o acidente foi causado por falha no motor e não por excesso de velocidade. Informou que teve a grande felicidade de ter outros vereadores de municípios vizinhos que abraçaram a pauta, encamparam a luta por transporte de qualidade e estão propondo uma audiência pública em Raposos. Destacou a presença dos vereadores de Raposos, Warlei, Alexandre e Gustavo, e dos vereadores de Rio Acima, Daniel e Helberth. Saliu que a ideia é formar um grupo de trabalho regional, envolvendo os vereadores das três cidades, para atuar conjuntamente na resolução dos problemas do transporte público. Propôs requerimento, solicitando à Comissão de Segurança Pública, Trânsito e Transporte da Casa a participação contínua e permanente nos trabalhos iniciados, para que possam avançar e, juntos, tomar as medidas necessárias para fazer força junto ao governo do Estado para que soluções definitivas sejam tomadas. Em discussão, o vereador Wesley de Jesus Silva ressaltou a gravidade da situação e revelou que a Saritur não possui seguro de vida para passageiros ou terceiros. Mencionou conversas com o DER e a tentativa de agendar uma reunião com a Secretaria Estadual de Mobilização e Infraestrutura (Seinfra) para tratar de horários e garantias aos usuários. Confirmou a chegada de 25 novos ônibus à região, mas ponderou que a renovação da frota ainda é insuficiente. Propôs uma parceria com a Assembleia Legislativa para aumentar a eficácia das ações. O vereador Danúbio de Souza Machado apoiou o requerimento de Abner e defendeu o estabelecimento de um convênio para que a Guarda



Civil Municipal de Nova Lima pudesse auxiliar o DER na fiscalização do transporte público intermunicipal. Criticou o consórcio do qual a Saritur faz parte, que impede ônibus da Via Ouro de parar no BH Shopping, próximo ao Assaí Atacadista, prejudicando a população. O vereador Silvânio Aguiar Silva endossou o requerimento do vereador Abner, destacou que a comissão trabalhará intensamente na questão e reforçou a necessidade de organizar reuniões e ações concretas. A vereadora Viviane Gomes de Matos mencionou uma audiência pública, realizada no mandato anterior, sobre a Saritur, na qual foi constatado que a empresa atrasava pagamentos e direitos trabalhistas dos motoristas. Segundo ela, a conclusão da audiência foi de que, se a empresa não tem condições de prestar o serviço, deveria abrir mão da concessão. Elogiou a iniciativa do vereador Abner e reforçou a necessidade de continuidade nas ações. O vereador Joselino Santana Dias sugeriu que a comissão solicite à Saritur um levantamento da data de fabricação dos veículos, para verificar se estão dentro dos padrões permitidos para circulação. O Senhor Presidente enfatizou a falta de fiscalização do Estado e o elevado preço das passagens em contraste com a baixa qualidade do serviço prestado pela Saritur. Mencionou que a empresa já apresentou ônibus obsoletos em outros municípios e que possui dívidas tributárias e trabalhistas. Apontou que uma solução pode passar pela revogação da concessão da empresa e uma atuação mais firme do Estado no papel de fiscalizador. O vereador Cláudio José de Deus complementou a sugestão do vereador Joselino, propondo que a comissão também peça à Saritur o histórico de manutenção dos ônibus, pois a falta de manutenção adequada pode comprometer a segurança dos



passageiros e motoristas. Alertou para o desgaste físico e mental dos motoristas, que frequentemente trabalham sob condições precárias. O vereador Abner Henrique Santana Soares agradeceu o apoio dos vereadores e reafirmou a necessidade de união para buscar soluções definitivas para o transporte público intermunicipal, garantindo um serviço seguro e eficiente para a população. Requerimento aprovado por quatorze votos. O vereador Abner Henrique Santana Soares registrou que hoje, dia 25 de fevereiro, é o aniversário do Prefeito João Marcelo, que completou 33 anos. Desejou-lhe felicidades, rogando a Deus que o abençoe. O vereador Gliverson Junio Dias Marques propôs requerimento, solicitando ao Prefeito Municipal a instalação do sistema Olho Vivo no Bairro Boa Vista, nas proximidades da Rua Diamantina, altura do número 280 e na Rua Enfermeiro José Caldeira, após a Casa Grande, a fim de melhorar a segurança nesses pontos estratégicos no referido bairro. Solicitou ainda que a mesma providência seja tomada no Bairro das Quintas, com a urgente instalação do Olho Vivo nas ruas da entrada e saída da localidade, Rua dos Andes, Álvares Cabral e Elógio Pimentel, devido ao aumento significativo de furtos e roubos na região. Ressaltou que a medida é de extrema importância para garantir a segurança e bem-estar dos moradores. Aprovado, quatorze votos. O vereador Adilson Moraes Braga propôs requerimento, solicitando que seja formalizada e encaminhada à família do dileto senhor Pierre Duarte, moção de aplausos por sua trajetória e dedicação à arte e a um dos maiores destaques culturais de nossa cidade, que é o tradicionalíssimo carnaval nova-limense. Justificou o requerimento. O vereador Pedro Henrique Dornas de Assunção Ribeiro discutiu e assinou o requerimento,



com a permissão do vereador Adilson. Requerimento aprovado por quatorze votos. O vereador Silvânio Aguiar Silva comunicou que realizaram, hoje, uma produtiva e rica reunião para tratar da questão dos moradores de rua. Fez um pedido público de desculpas ao vereador Gliverson Júnio Dias Marques devido a uma falha de comunicação, que resultou na sua não participação da reunião; ressaltou que houve uma conversa prévia sobre o assunto, mas, ainda assim, ocorreu o equívoco. Agradeceu ao vereador Pedro Henrique Dornas de Assunção Ribeiro, que possibilitou o contato com o Colégio Estadual para a realização do Carnaval com Cristo, evento tradicional em Nova Lima. Agradeceu também à Vânia e à vice-diretora da instituição, destacando a acolhida positiva e a abertura concedida para o uso do espaço escolar. Registrou e agradeceu o apoio da Prefeitura de Nova Lima, que contribuiu com equipamentos e estrutura para viabilizar o evento. Convidou a população para participar do Carnaval com Cristo, que ocorrerá de 28 de fevereiro a 4 de março, com uma programação que inclui celebrações, apresentações de bandas católicas, pregações e momentos de oração. O vereador Danúbio de Souza Machado destacou que moradores dos bairros Ouro Velho, José de Almeida, Vila Nova Bethânia e Ipê entregaram à Câmara uma carta, a qual foi lida, manifestando preocupações sobre a instalação de cancelas. Propôs requerimento ao Poder Executivo, solicitando a apresentação de relatórios e esclarecimentos sobre eventuais fiscalizações realizadas a respeito da implementação do controle de acesso. Solicitou ainda que a referida carta fosse anexada ao requerimento, para que se obtenha um retorno formal sobre a questão. Aprovado, quatorze votos. O vereador Danúbio de Souza Machado



destacou a importância da Guarda Civil Municipal, ressaltando seu papel no policiamento ostensivo e comunitário e sua parceria com as forças de segurança do Estado, Polícia Militar e Polícia Civil. Agradeceu o vereador Mael pela retirada de pauta do projeto relacionado à Guarda, enfatizando a necessidade de construir as alterações junto ao Poder Executivo para aprimorar a regulamentação da instituição. Ressaltou a evolução dos serviços prestados pela Guarda Civil Municipal e a ampliação de suas funções, destacando o trabalho dos agentes de trânsito e de outros agentes que desempenham atividades especiais, como a gestão de armamentos. Enfatizou que a Guarda passou a realizar a fiscalização de trânsito, assumindo atribuições antes desempenhadas pela Polícia Militar, e que essa atuação é fundamental para a organização da mobilidade urbana no município. Propôs requerimento, solicitando ao Poder Executivo que estude o retorno da gratificação de desempenho de atividade especial para esses agentes, reconhecendo a importância de sua atuação na segurança e fiscalização do trânsito municipal. Aprovado, quatorze votos. O vereador Danúbio de Souza Machado propôs requerimento, solicitando à Casa que envie moção de pesar à família do senhor Danilo Vaz, que faleceu no dia vinte e três de fevereiro, em nome da sua esposa, senhora Ângela Magnani, proprietária do Instituto Cássio Magnani, e dos seus filhos: Carol, Maria Luísa e Guilherme. Com a permissão do vereador Danúbio, o vereador Wesley de Jesus Silva assinou a moção e complementou, incluindo três nomes: Luís Paulo Clemente (da Pousada Rio Branco), Geraldo Amorim, e Vera (tia da ex-vereadora Juliana Sales). Requerimento aprovado por quatorze votos. O vereador Wesley de Jesus Silva propôs



requerimento, solicitando ao Poder Executivo Municipal que apresente, no prazo legal, os balancetes e documentos contábeis relativos à administração pública municipal, contemplando o período de janeiro de 2024 a fevereiro de 2025. Para fins de transparência e controle orçamentário, solicitou a apresentação de:

- Balancetes mensais da receita e despesa do Município;
- Demonstrativo das receitas correntes e de capital;
- Demonstrativo das despesas por função, subfunção e programa;
- Demonstrativo das transferências constitucionais e legais recebidas pelo Município;
- Demonstrativo dos restos a pagar, pagos e inscritos no período;
- Relatório de execução orçamentária e financeira;
- Extratos das contas bancárias vinculadas à administração municipal;
- Relação das despesas empenhadas, liquidadas e pagas no período;
- Demonstrativo das contratações de serviços e aquisições realizadas pelo Município;
- Relatório detalhado sobre a execução de convênios e parcerias firmadas com entidades públicas e privadas;
- Demonstrativo da aplicação dos recursos vinculados à educação e à saúde, conforme exige a Constituição Federal.

Ressaltou que a presente solicitação objetiva garantir a transparência na gestão pública e permitir a devida fiscalização do uso dos recursos municipais pelo Poder Legislativo e pela população de Nova Lima. Aprovado, quatorze votos. O vereador Wesley de Jesus Silva propôs requerimento, solicitando ao Poder Executivo Municipal que apresente, no prazo legal, cópias integrais do processo licitatório referente à aquisição de abrigos de ônibus, incluindo:

- Cópia do edital;
- Atas de reuniões e registros pertinentes;
- Homologação do certame;
- Contrato firmado;
- Empenho correspondente;
- Nota de pagamento;
- Relação completa dos endereços onde



os equipamentos foram instalados. Adicionalmente, requer que o poder público informe:

- O estado de conservação dos pontos retirados;
- O quantitativo total desses equipamentos;
- A destinação dada a cada um deles, especificando se houve venda, doação ou outro meio de alienação;
- Caso tenham sido vendidos ou doados, quais os critérios utilizados para essa destinação;
- Caso ainda estejam sob posse do município, a indicação do local onde se encontram para fins de inspeção.

Aprovado, quatorze votos. O vereador Wesley de Jesus Silva solicitou ao Senhor Presidente que acompanhe o prazo para a resposta do Poder Executivo a requerimentos de informações, que já ultrapassam quinze dias sem retorno. Destacou que a Lei Orgânica do Município prevê a instauração de processo administrativo para apurar abuso de poder e possível crime de improbidade, caso o prefeito não cumpra os prazos legais. Solicitou à Mesa Diretora que tome providências e, caso necessário, abra de ofício o processo para que o Plenário avalie a ausência de informação pelo Poder Executivo. O Senhor Presidente comunicou, conforme o Regimento Interno, que o tempo da sessão será prorrogado por mais quinze minutos, uma vez que o prazo inicialmente previsto já foi excedido. O vereador Pedro Henrique Dornas de Assunção Ribeiro destacou e parabenizou a visita dos integrantes da Secretaria de Desenvolvimento Social, representada por Matheus Abalém, considerando-a técnica e esclarecedora. Manifestou preocupação com a falta de articulação entre as secretarias municipais no enfrentamento da situação da população em situação de rua. Ressaltou a necessidade de um trabalho conjunto entre as secretarias de Desenvolvimento Social, Saúde, Desenvolvimento Econômico, e Habitação, apontando que essa responsabilidade



recai, de forma desproporcional, apenas sobre a Secretaria de Desenvolvimento Social. Propôs requerimento, solicitando ao Poder Executivo a instalação, por meio de decreto, de um comitê/força tarefa permanente e intersetorial, de acompanhamento, análise da eficiência, revisão e integração da política municipal para atendimento e superação da situação dos moradores de rua, com representantes das secretarias de Desenvolvimento Social, coordenadora dos trabalhos, Secretaria de Saúde, Secretaria de Habitação, Secretaria de Desenvolvimento Econômico, com ações interligadas de trabalho e de qualificação de mão-de-obra. Como primeira tarefa, propôs o estabelecimento de reuniões periódicas, quinzenais no mínimo, para apresentar, em noventa dias, diagnóstico com análise da eficiência e das deficiências, sugestões de melhoria na política e, sobretudo, na integração e criação de novos serviços para a geração de perspectiva de saída das ruas e aproximação das reais necessidades individuais dos moradores de rua e das comunidades mais diretamente afetadas, sobretudo com a questão de insegurança. Em discussão, o vereador Wesley de Jesus Silva parabenizou o vereador Pedro. Ressaltou que o secretário Matheus Abalém, acompanhado da equipe técnica, apresentou informações sobre a atuação da Secretaria de Desenvolvimento Social; destacou sua postura célere e responsável ao expor os dados. Disse que, embora as medidas adotadas possam não ter atendido integralmente aos anseios dos vereadores e da população, ficou evidente que a secretaria tem desempenhado suas funções dentro das possibilidades e limitações existentes. Concordou com a necessidade de maior envolvimento de outras secretarias, especialmente a Secretaria de Saúde, para fortalecer a política pública voltada às pessoas



em situação de rua. Concluiu, afirmando que, junto do Poder Executivo, será possível construir uma solução mais eficaz para atender essa demanda. O vereador Mael sugeriu a inclusão da Secretaria de Segurança nesta pauta. O vereador Pedro concordou. Requerimento aprovado por quatorze votos. O vereador Pedro Henrique Dornas de Assunção Ribeiro propôs requerimento, solicitando ao Poder Executivo, por meio da secretaria de educação, a instalação de salas sensoriais nas escolas da rede pública municipal para estudantes autistas, considerando as obras de ampliação, reforma e construção de novas escolas previstas pela PPP da Educação. Destacou a importância desses espaços para a inclusão, adaptação e bem-estar dos estudantes com deficiência e enfatizou que a iniciativa deve abranger todas as escolas municipais. Os vereadores Danúbio de Souza Machado, Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo, Viviane Gomes de Matos e Gliverson Júnio Dias Marques discutiram o requerimento. Com a permissão do vereador Pedro, os vereadores Danúbio e Viviane assinaram o requerimento. Aprovado por quatorze votos. O vereador Anísio Clemente Filho propôs requerimento, reforçando pedido à prefeitura municipal para a construção de um muro de contenção na Rua Vila Lobos, próximo ao número 191, Bairro Cabeceiras. O vereador Joselino Santana Dias discutiu o requerimento e, com a permissão do vereador Anísio, assinou-o. Requerimento aprovado por quatorze votos. O vereador Mael propôs requerimento, solicitando ao Poder Executivo a pavimentação asfáltica da Rua João Isnard Márcio Pinto, localizada no Distrito de Honório Bicalho. Destacou que a prefeitura tem realizado manutenções frequentes na via, mas que, apesar de estar inserida no mapa viário do



município, permanece sem asfaltamento, sendo uma das poucas nessa situação. Segundo o vereador, moradores da região têm enviado relatos e imagens, evidenciando os transtornos causados pela falta de pavimentação e reforçando a necessidade de intervenção para melhorar as condições da via. Aprovado, quatorze votos. O vereador Mael propôs requerimento, solicitando à Casa que encaminhe moção de aplausos em reconhecimento à significativa contribuição da Associação de Arte e Cultura Sertaneja que, ontem, fez história na cidade, ao lançar o primeiro Bloco Sertanejo do Carnaval de Nova Lima. Salientou que iniciativas como essa celebram a rica cultura sertaneja, fortalecem laços comunitários e promovem a valorização das tradições locais. Relatou que o vereador Anisinho recebeu diversas citações no evento por ser autor da Lei que implantou o Dia da Cultura Sertaneja em Nova Lima. Aprovado por quatorze votos. O vereador Joselino Santana Dias se retirou da reunião devido a uma mensagem recebida. O vereador Cláudio José de Deus agradeceu aos vereadores pela aprovação de seu requerimento referente à iluminação da Praça da Bíblia, destacando que a falta de iluminação impedia o uso adequado do espaço, afetando atividades como caminhadas e a presença de crianças no local, além de gerar insegurança para a comunidade e frequentadores de igrejas, devido à presença de pessoas dormindo no local à noite. Agradeceu ao Rodolfo e ao secretário de obras pelo atendimento à sua solicitação e informou que os trabalhos de instalação da iluminação foram iniciados no dia anterior e que a previsão de conclusão seria no dia seguinte. Ressaltou a importância do reconhecimento quando as solicitações são atendidas, enfatizando que, embora o Prefeito



João Marcelo possa não estar diretamente ciente de todas as ações, sua equipe tem atuado para atender às demandas apresentadas pelos vereadores. O Senhor Presidente informou que não havia apresentação de oradores inscritos. Agradeceu a presença de todos e, sob a proteção de Deus, declarou encerrados os trabalhos. Desejou boa noite a todos. _____